



2. Ética em Economia e Negócios Internacionais (2ª parte)



Questões:

- Como é que o mundo tem sido e é governado sem a existência de um governo mundial?
- O que considerar para as normas formais e informais, assim como para regulamentar e vigiar o cumprimento dessas normas?

Global Governance:

- ❑ Publicação de James Rosenau e Ernst-Otto Czempiel's datada de 1992. Trata-se de uma colecção de ensaios intitulada *Governance without Government* .

- ❑ Em 1995:
 - criado o relatório da Comissão on Global Governance, *Our Global Neighbourhood*,
 - revista *Global Governance*.





O conceito de *Global Governance*

Perspetiva tradicional – associada a governo, ou a autoridade política, a instituições, e a controlo

- *Governance* designa as instituições políticas formais que têm como objetivo coordenar e controlar as relações de interdependência social, possuindo igualmente a capacidade de fazer cumprir as decisões.



O conceito de *Global Governance*

Perspetiva mais recente – *Global Governance* como regulação das relações de interdependência na ausência de uma autoridade política abrangente

- Mecanismos formais (leis, normas, códigos);
- Mecanismos informais (coligações, por exemplo);
- Instituições e práticas para gerir assuntos coletivos (organizações intergovernamentais, organizações civis, entidades privadas).



***Global governance* pode então, ser definida
como**

o conjunto de leis, políticas e instituições que definem e constituem as relações entre estados, culturas, cidadãos, organizações intergovernamentais e não-governamentais, e o mercado.

A **ONU** como a organização considerada mais *legítima* e com mais potencial de expansão.



É a organização mais capaz de desenvolver uma diplomacia multilateral e uma ação coletiva para resolver problemas partilhados por muitos estados.

Vantagens na existência de instituições de *Global Governance*

Criam normas e informação que habilitam os estados membros e outros atores a coordenar os seus comportamentos de forma benéfica.

Reduzir custos de transacção através da credibilidade, do compromisso e da resolução pacífica de conflitos.



Qualquer modelo de *Global Governance* pode ser definido por um conjunto de características:

1.^a – Quem governa?

2.^a – Qualquer sistema de *governance* concentra autoridade a um particular nível ou níveis de *governance*.



3.^a – As características institucionais da *Global Governance* podem variar ao longo de um número de dimensões, designadamente:

- ✓ centralização (um centro para o *global governance* numa área particular mais do que instituições concorrentes)
- ✓ legalização (o grau de obrigação implicado nos compromissos institucionais)
- ✓ delegação (trata-se do grau de delegação da autoridade pelos principais para uma organização).



4.^a – A *Global Governance* tem de apresentar objetivos específicos e estratégias.

➔ Ambos irão influenciar o local da *governance* e as características institucionais.



MODELOS DE GOVERNANCE



DEPOIS DE 1945 – Modelo Intergovernamental

1 - Quem governa?

Multilateralismo e intergovernamentalismo

Mas



2 - Locais de governo: fraco supranacionalismo, governos nacionais fortes

3 - Arquitetura institucional: centralização, legalização, delegação

4 - Estratégias e resultados: a influência da depressão e da guerra



A PARTIR DE 1980 - A redefinição da *global governance*

A multiplicação de princípios

As ONG's a trazerem uma nova agenda: Direitos humanos, princípios ambientais, A crítica igualmente à *Global Governance* em termos de uma maior transparência.



A diversidade institucional

Sob condições de globalização o desenho institucional de *governance* mostrou-se menos centralizado e mais diversificado.



A complementaridade nos sítios de governo

Colaboração com as capacidades nacionais em vez de as substituir. O sucesso do desenvolvimento passa a estar associado à robustez das instituições nacionais sendo os efeitos da globalização mais positivos em sociedades com “sound institutions”.



A fronteira entre estado e não estado

Problemas globais requerem um modelo a uma escala e nível de complexidade não previsto num mundo dominado por estados.



A dimensão normativa de *legitimidade*

“The right to rule” (o direito de governar).

O *governo* inclui promulgar regras e tentar assegurar a sua execução integrando custos para quem não cumpre e/ou benefícios para quem cumpre.



Quatro perspetivas sobre a *legitimidade* para a *Global Governance*:

1 – Consentimento dos Estados.

As instituições serão legítimas se e só se criadas com o consentimento dos Estados.



2 – Consentimentos dos Estados Democráticos

Este consentimento também é insuficiente ...

→ **PORQUÊ?**

porque existem estados onde as maiorias perseguem minorias (religiosas, sexuais, por exemplo)

porque há estados democráticos que se isolam voluntariamente

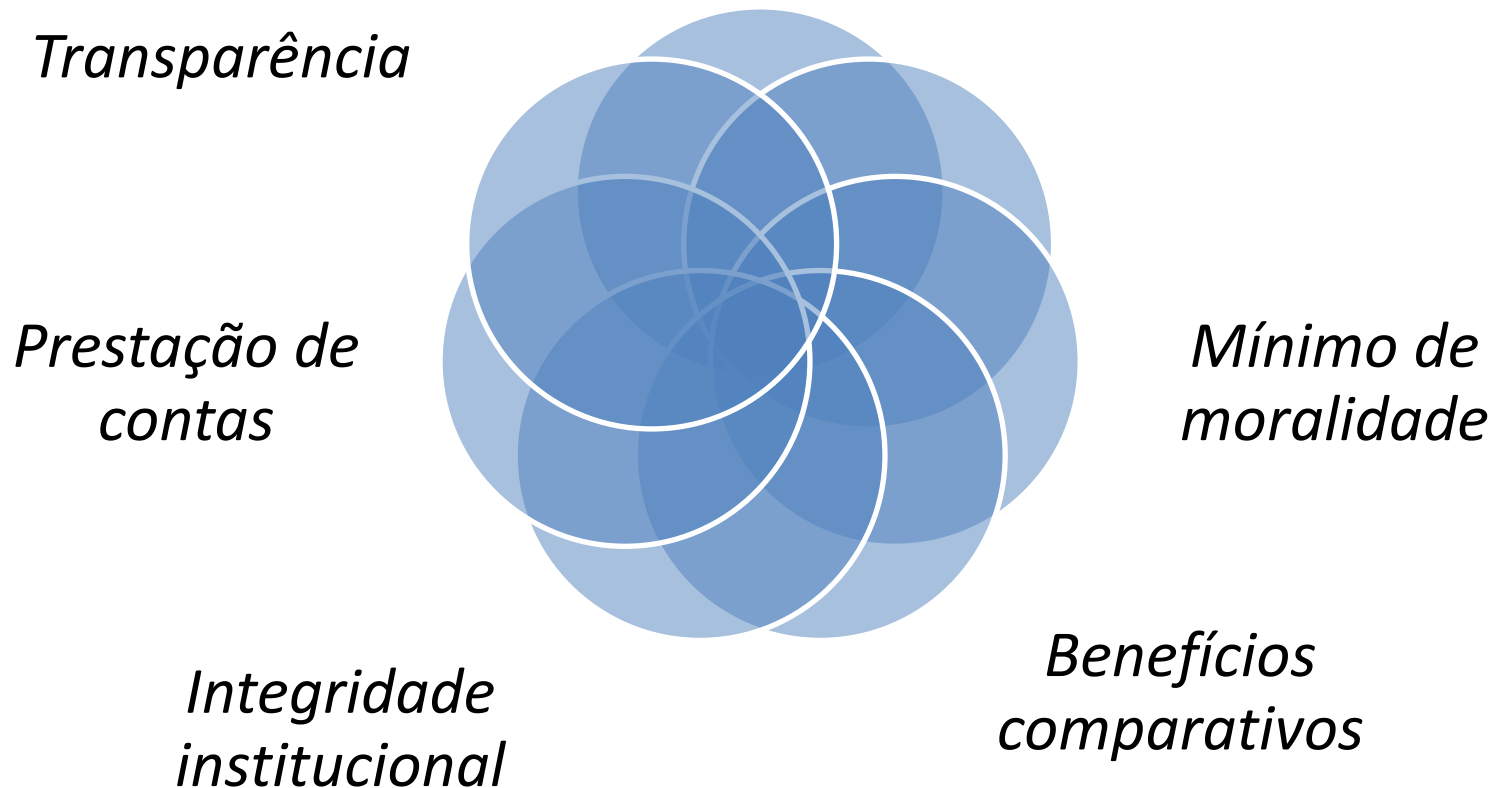


3 - Perspetiva da Democracia Global

Instituições de *global governance* legítimas se e só se são democráticas.

E uma vez que estas instituições afetam o bem-estar das pessoas, estas devem ser democráticas, no sentido de dar a todos igualdade de opinião na forma como operam.

4 – O padrão complexo de legitimidade





Logo, trata-se de um **conceito dinâmico e relacional**.

A legitimidade de uma instituição não depende apenas das suas características, mas também da relação entre a instituição e os atores fora dela.

Global Governance tem lacunas:

- Lacunas de conhecimento** – a inexistência de consenso acerca da natureza, das causas, da gravidade e da magnitude do problema, assim como da informação empírica ou da explicação teórica.
- Lacunas políticas** – escolhas mediante instruções de governos nacionais.
- Lacunas institucionais**